



Ensino de História: antigos e novos desafios

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v22i3.45776>

Jean Carlos Moreno

Universidade Estadual do Norte do Paraná, UENP, Brasil. E-mail: jeanmoreno@uenp.edu.br

Palavras-chave: História; nacionalismo, pós-verdade; Jörn Rüsen.	Resumo: Partindo de um contexto desafiador, marcado pela pós-verdade e por investidas conscientes de revisionismo histórico e negação da ciência, o presente artigo analisa três abordagens que constatarem a instrumentalização política do discurso histórico ao longo do tempo e fazem proposições com vistas à superação dos impasses interpostos ao ensino e à aprendizagem da História. Junto com os autores, o texto procura contribuir para o entendimento histórico, sociológico e cultural dos dilemas que o ensino de História enfrenta contemporaneamente.
Key words: Didactics of History; nationalism, post-truth; Jörn Rüsen.	Abstract: Starting from a challenging context, marked by post-truth and conscious invested of historical revisionism and denial of science, the present article analyzes three approaches that verify the political instrumentalization of the historical discourse over time and make propositions with a view to overcoming the impasses interposed at the teaching and learning of History. Together with the authors, the text seeks to contribute to the historical, sociological and cultural understanding of the dilemmas that the teaching of History faces contemporaneously.
Palabras clave: Didáctica de la Historia; nacionalismo, post-verdad; Jörn Rüsen.	Resumen: Partiendo de un contexto desafiante, marcado por la pos-verdad y por investiduras conscientes de revisionismo histórico y negación de la ciencia, el presente artículo analiza tres enfoques que constatan la instrumentalización política del discurso histórico a lo largo del tiempo y hacen proposiciones con miras a la superación de los impasses interpuestos a la enseñanza y al aprendizaje de la Historia. Junto con los autores, el texto busca contribuir al entendimiento histórico, sociológico y cultural de los dilemas que la enseñanza de la historia enfrenta contemporáneamente.
Artigo recebido em: 11/12/2018. Aprovado em: 13/12/2018	

Todas as sociedades construíram alguma forma de se relacionar com o passado. Na modernidade, contudo, o discurso histórico tornou-se parte ainda mais fundamental da vida pública em sua função de atribuir significados à experiência temporal, alicerçando as decisões coletivas. Contemporaneamente, o passado e sua interpretação, de maneira intensa, convertem-se em objeto de disputa.

Há muito tempo, a investigação histórica e sociológica já percebeu que a memória coletiva está sujeita a embates intensos, onde múltiplos interesses de legitimação política ficam em evidência, especialmente os ligados à administração dos Estados-nacionais. Durante o século XX, é explícita a atuação de governos autoritários no controle e vigilância da produção e manutenção de uma história oficial.

No século XXI, a situação se tornou ainda mais complexa. Assiste-se a uma reestruturação e a um ataque frontal às democracias e aos valores construídos em relação aos direitos humanos, organizado pela direita liberal e pela extrema direita, mundialmente, através de instituições próprias e de ações estratégicas de divulgação massiva de ideias por meios tradicionais e, ainda mais amplamente, por novos meios cibernéticos. Dentro destes ataques, a relativização e a negação de interpretações históricas, consolidadas e referendadas pelos métodos de validação advindos da pesquisa acadêmica, deixam historiadores e professores de História

aturdidos e perplexos.

Embora cientes da vinculação do ensino de História e da produção historiográfica com as pautas públicas, da provisoriedade do saber construído historicamente e de que o ensino de História não é apenas o ensino do passado, professores de História e pesquisadores do ensino de História passam a encontrar muito mais dificuldades em estabilizar ou sedimentar uma interpretação em torno de consensos mínimos. Não se trata apenas de uma disputa pela informação verídica, mas também pelo sentido que se lhe atribui. Constata-se a perda de espaço da história escolar e científica nos processos de orientação da vida prática de jovens e adultos.

É dentro desta conjuntura que, em outubro de 2017, realizou-se uma mesa de debates, intitulada “História em tempos de autoritarismo: sujeitos e práticas”, dentro do VIII Congresso Internacional de História da Universidade Estadual de Maringá. Do debate participaram os professores: David Velázquez Seiferheld, do Comité Paraguayo de Ciencias Históricas, com a palestra ‘Autoritarismo, Militarismo y Educación en el Paraguay (1936 - 1989)’; Ronaldo Cardoso Alves, da Universidade Estadual Paulista, com a palestra ‘Ensino de História e História Pública’: conhecimento histórico e seu papel social’; e Márcia Elisa Teté Ramos, da Universidade Estadual de Maringá, com o tema ‘Negacionismo nas narrativas dos alunos do Ensino Médio na leitura dos “Guias

Politicamente Incorretos”): questão indígena, escravidão e ditadura¹. O presente artigo busca cumprir a tripla função de, em breves palavras, apresentar, analisar e estabelecer conexões entre os temas e as abordagens propostos pelos autores.

David Velázquez Seiferheld analisa, singularmente, a instrumentalização da educação, durante um longo período, 1936 a 1989, identificado como sendo de predominância de um regime autoritário, nacionalista e militarista no Paraguai. Identifica os principais valores do Estado controlador como anticomunismo, repressão às organizações sindicais e estudantis, proibição e controle a toda forma de dissenso, nacionalismo e centralidade do exército no poder. Especialmente na conjuntura da Guerra Fria, tal como em outros países latino-americanos, a Doutrina da Segurança Nacional dá forma a esta ação de combate aos ‘inimigos internos’.

No que tange à educação, o autor aponta que, no Paraguai, estabeleceu-se um aparelhamento dos órgãos administrativos, que impunham uma pedagogia antiliberal e autoritária, baseada na disciplina, no patriotismo, nas efemérides e memórias militarizadas. Seiferheld apresenta, então, um extenso conjunto de leis que compunham o aparato repressor, proibindo, inclusive, comentários sobre a realidade nacional e as decisões governamentais nas escolas. Diante de

ameaças sérias, impunha-se o temor, o silêncio, a delação e a autocensura a professores e alunos.

O ensino de História propugnado pelo Estado autoritário é a retomada do código disciplinar fundador no que diz respeito à apresentação e manutenção de uma História nacionalista, heroica e que estimula uma cidadania alicerçada num civismo passivo. Apresenta-se, assim, um modelo de identidade nacional *essencialista* (ver MORENO, 2014), com uma nação que precede à formação do Estado, de caráter imutável, à qual se deve defender contra inimigos externos e internos. Em que pese que, após a reconquista da democracia, uma nova historiografia venha tentando construir outra visão da história paraguaia, Seiferheld aponta muitas dificuldades de superação do longo período de autoritarismo dentro e fora do sistema escolar.

Ramos e Alves, por sua vez, dedicam sua análise a um contexto ainda mais complexo que é a disputa pelo discurso histórico em tempos de aparente democracia liberal, em pleno século XXI. Embora com algumas nuances, as respostas também convergem para um encaminhamento: a matriz disciplinar da História teorizada por Jörn Rüsen.

Ronaldo Cardoso Alves apropria-se dos conceitos de *cultura histórica* (Rüsen) e *código disciplinar da História* (neste caso, usando como referência Maria Auxiliadora Schmidt) para analisar o que ele chama de nova crise estrutural da sociedade brasileira, localizada temporalmente a partir do ano de 2013, e propor

¹ As palestras foram transpostas para artigos, com títulos modificados, que se encontram logo a seguir nesta seção da Revista Diálogos.

enfrentamentos possíveis dentro do ensino-aprendizagem da História. Para o autor há uma batalha entre “culturas históricas”: uma em formação, que tentaria lidar com os problemas contemporâneos da globalização de maneira progressista, e outra elitista e tradicional que, com o “contexto de crises”, encontra ressonância, especialmente nas redes sociais.

É esta primeira cultura que, num caminho de mão dupla, estaria a engendrar um novo código disciplinar capaz de questionar a narrativa canônica instaurando outros sujeitos e processos históricos na história escolar. A segunda *cultura histórica* vem para barrar este processo de ampliação e conquistas, reestruturando o velho código eurocêntrico do século XIX.

Para superar os impasses, Alves considera que se faz necessário revalorizar a função pública da aprendizagem histórica, reforçando o papel da ciência histórica nas esferas do ensino escolar. Este reforço deve ser realizado por meio do desenvolvimento de competências e habilidades cognitivas advindas da própria construção acadêmica do saber histórico. É assim, também, que se pode estabelecer critérios de sentido para organizar o passado ensinável e relacionar o caráter científico da História ao cotidiano das pessoas.

Tomando a função pública da História como uma parte dos processos de legitimação e hegemonia política, Alves relaciona o pensamento histórico com as decisões éticas cotidianas, individuais e coletivas. Assim, as

orientações, decorrentes das leituras históricas, precisam ser racionalmente elaboradas e derivadas do método histórico para que se possa fortalecer a democracia e o processo de humanização, contribuindo para uma ética baseada no reconhecimento da alteridade.

Numa argumentação bem mais extensa, Ramos, no mesmo caminho de Alves, procura apresentar a matriz disciplinar ruseniana como resposta aos desafios contemporâneos, mas agora também tentando aplica-la a um objeto concreto: a reação negacionista, expressa pelo projeto editorial norte-americano, adaptado ao Brasil, conhecido como “Guia do Politicamente Incorreto” (GPI). Outros autores, contudo, convergem na sua argumentação, especialmente a ideia de *história sobrecarregada*, de Bodo Von Borries e de *aula oficina* de Isabel Barca.

A autora considera a existência de três campos interdependentes: a história especializada (História Ciência), a história midiaticizada (História pública) e a história ensinada (disciplina escolar). O cerne da argumentação é que se faz necessário que os estudantes compreendam como se constrói o conhecimento histórico científico, trazendo para o universo escolar a matriz histórica ruseniana.

Destacando cinco etapas constitutivas desta matriz – Interesses, Ideias, Métodos, Apresentação e Função – Marcia Tete Ramos, apresenta cinco assertivas, perfazendo um caminho onde retoma toda a base teórica ruseniana: a) o ponto de partida do conhecimento histórico é a experiência concreta

da vida presente; b) a pesquisa histórica necessita de fundamentação referenciada; c) a base da construção do conhecimento histórico é o método histórico; d) é necessário que o conhecimento histórico seja apresentado com vistas a atender um público mais amplo do que somente os especialistas; e) o conhecimento histórico deve servir ao propósito de orientação do mundo da vida prática. É dentro desta perspectiva que a autora procede à desconstrução dos argumentos presentes nos Guias do Politicamente Incorreto e constrói propostas para o seu enfrentamento no ensino escolar de História.

No caso do GPI de História do Brasil fica muito claro o foco em temas sensíveis que demandam enfrentamento no presente: o extermínio e escravidão da população indígena, a escravidão africana e suas heranças, e a Ditadura Militar instaurada nos anos 1960. Ramos demonstra as diversas estratégias discursivas, utilizadas pelos GPIs, para produzir ‘efeitos de verdade’, utilizando excertos historiográficos com vistas a justificar ou desqualificar ações no presente. O enfrentamento destes discursos em sala de aula, para a autora, é um processo fundamental, ao demonstrar que os GPIs carecem de coerência científica, especialmente no que se refere à reconstrutibilidade histórica pelas fontes e ao compartilhamento de métodos e racionalidade que caracteriza a intersubjetividade, base da produção histórica feita pela comunidade dos historiadores.

Os trabalhos de Ramos, Alves e Seiferheld sublinham a fundamental importância da relação com o passado para as sociedades modernas e que, seja através do controle do Estado ou das diversas mídias sociais, há grupos com interesses em *naturalizar* os processos históricos e negar qualquer ação que vise a superação das desigualdades no presente. No sentido amplo a produção do conhecimento histórico e o ensino escolar de História são atividades políticas e, portanto, trazem implicações ético-morais para toda uma sociedade.

O próprio avançar da ciência histórica, em quantidade e complexidade, traz desafios profundos aos professores que lidam com jovens e adolescentes. Se o cognitivo e o político estão imbricados na própria epistemologia da História, trazer estes embates para as salas de aula, pode ajudar, além de tudo, no, cada vez mais difícil, processo de negociação de distâncias que marca as relações humanas nas escolas, enfrentando as marcas de nascença do código disciplinar da História, ligado aos processos de memorização e à exclusividade das aulas do tipo “conferência”. Os trabalhos aqui apresentados contribuem de maneira significativa para o entendimento histórico, sociológico e cultural dos dilemas por que passa o Ensino de História. Ao chamarem atenção para a íntima relação entre os processos de construção do conhecimento e os juízos de valor, decorre, de suas abordagens, a necessidade urgente da formação, inicial e continuada, de professores de História incluir o

trato com a produção de discursos históricos alheios à história científica.

Referências

CUESTA FERNÁNDEZ, R. El código disciplinar de la Historia. Tradiciones, discursos y prácticas sociales de la educación histórica en España (siglos XVIII-XX). *Tesis Doctoral*. Universidad de Salamanca, 1997. 981p.

MORENO, J. C. Modernidade, Globalização, Identidades e Ensino de História. Florianópolis. *Anais do III Seminário Internacional História do Tempo Presente*. UDESC, 2017. v. 1. p. 1-15.

_____. Revisitando o conceito de identidade nacional. In: RODRIGUES, C. C.; LUCA, T. R. de; GUIMARÃES, V.. (Org.). *Identidades brasileiras: composições e recomposições*. 1ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, v. 01, p. 07-29.

RÜSEN, J. A História Entre a Modernidade e a Pós-modernidade. *História: questões e debates*, Curitiba, v. 14, n. 26/27, p. 80-101, jan./dez. 1997.

_____. *Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas*. Curitiba: W.A. Editores, 2011.